

CAPITULO I

CONSTITUIÇÃO, FINS, SÉDE E DURAÇÃO

Art. 1.º Sob a denominação de Companhia Engenho Central de Porto Real fica constituída uma sociedade anonyma tendo por objecto adquirir e explorar commercial e industrialmente o «Engenho Central Porto Real», as culturas de canna e o mais que analogamente possa convir, não só nas fazendas «Piqueles», «Boa Vista e «S. Sebastião», pertencentes ao mesmo engenho, e situadas, como elle no município de Rezende, Estado do Rio de Janeiro, mas ainda em quaesquer outros imóveis que a companhia venha a adquirir ou a arrendar.

Art. 2.º A sociedade, para todos os legaes effectos, terá uma séde nesta cidade de S. Paulo.

Art. 3.º A duração da sociedade será pelo prazo de dez annos, a contar da data da assignatura dos presentes estatutos, podendo esse prazo ser reduzido ou prorogado por deliberação da assembléa geral.

CAPITULO II

DO CAPITAL SOCIAL, FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDOS

Art. 4.º O capital social será de 2.000:000\$000 (dous mil contos de réis), dividido em 20.000 (vinte mil) acções nominativas do valor de 100\$000 (cem mil réis) cada uma.

§ 1.º Este capital inicial, que é realizado em dinheiro, no proprio acto de serem assignados estes estatutos, poderá ser elevado até onde convier por deliberação da assembléa geral, sendo para isso indispensavel a approvação por maioria de votos correspondentes a dous terços do capital social.

§ 2.º Perante a sociedade as acções serão indivisiveis.

Art. 5.º No caso de elevação do capital social, os subscriptores concorrerão com as importancias subscriptas por chamadas a inizo da directoria, e mediando entre uma chamada e outra um intervallo minimo de 30 dias.

Art. 6.º Do subscriptor que não fizer as respectivas entradas em tempo habil a companhia fica com o direito de cobrar os juros de 10 % pela móra, durante um prazo de tres mezes, e findo esse prazo, si for necessario, tornará effectivas as comminações do art. 33 e seguintes da lei sobre sociedades anonymas.

Art. 7.º Para a venda de suas acções, os accionistas são sempre obrigados a dar preferencia a outro accionista.

Art. 8.º Os lucros liquidos sociaes, que deverão ser apurados em balanços annuaes, serão destinados ao Fundo de Reserva e Providencia, e a dividendos aos accionistas, competindo á assembléa geral deliberar a respeito.

CAPITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

Art. 9.º A sociedade será administrada por uma directoria, composta de quatro membros, eleitos annualmente, pela assembléa geral, e que poderão ser reeleitos, vencendo cada director os honorarios mensaes de 2:000\$000.

§ 1.º Uma vez eleitos e empossados, os proprios directores escolherão entre si dous para exercerem as funções de directores-gerentes, aos quaes fica *ipso facto* conferida a gerencia, administração e representação legal da companhia, conjuntamente.

§ 2.º Aos outros dous directores denominados supplentes competirá a substituição dos gerentes pela ordem da respectiva votação obtida em assembléa geral, salvo o periodo inicial em cuja vigencia a escolha será feita por votação entre os seus collegas.

§ 3.º Fica salva á assembléa geral a faculdade de, por maioria de votos representando dous terços do capital social, revogar os mandatos conferidos á directoria, ou a algum ou alguns de seus membros.

Art. 10. No caso de impedimento temporario ou definitivo de um ou de ambos os directores-gerentes, será cada logar vago preenchido pelo supplente designado na fórma do § 2º do art. 9º.

Art. 11. Ficam prohibidos de servir juntamente como directores-gerentes da companhia parentes até ao segundo gráo, sogro, genro e socios da mesma firma commercial.

- Art. 12. Os directores ficam obrigados a caucionar a sua gestão com cem acções.
- Art. 13. Os directores-gerentes, além dos honorarios a que se refere o art. 9º, terão direito, cada um, a um por cento (1 %) sobre os lucros liquidos annuaes, cabendo essa percentagem aos supplentes, quando no effectivo exercicio do cargo de director-gerente.
- Art. 14. A directoria é perfeitamente autonoma em suas deliberações, e de accôrdo com estes estatutos compete-lhe:
- a) executar e fazer executar os presentes estatutos;
 - b) administrar a sociedade, gerindo-a e resolvendo todos os seus negocios que não sejam da competencia privativa das assembléas;
 - c) nomear e demittir os prepostos de quaesquer categorias e marcar-lhes os salarios e percentagens que venham a merecer por quaesquer titulos, exigindo-lhes tambem uma fiança, quando tal garantia se tornar necessaria;
 - d) ter em boa ordem a escripturação dos negocios sociais e o archivo commercial da companhia;
 - e) representar a companhia activa e passivamente, em juizo ou fóra d'elle, em actos publicos e particulares;
 - f) convocar as assembléas;
 - g) organizar annualmente o balanço, contas e relatorio dos negocios sociais, que deverão ser offerecidos ao parecer do conselho fiscal, com a indispensavel antecedencia;
 - h) nomear procuradores judiciaes para a defesa de direitos e interesses da companhia, em juizo ou fóra d'elle;
 - i) conferir a empregados os poderes que julgar necessarios, para que os mesmos tratem de negocios da sociedade.

CAPITULO IV

DO CONSELHO FISCAL

- Art. 15. A assembléa geral elegerá tambem annualmente um conselho fiscal composto de tres membros e tres supplentes, os quaes poderão ser reeleitos.
- Paragrapho unico. A eleição dos fiscaes e seus supplentes poderá recahir em pessoas extranhas á companhia.
- Art. 16. Competem ao conselho fiscal todas as attribuições que lhe são conferidas por lei, e as suas funcções serão gratuitas. Os supplentes substituirão os effectivos pela ordem da votação, e no caso de igualdade desta pela ordem da idade, a começar pelo mais velho.
- Art. 17. Fica ainda o conselho fiscal obrigado a emittir sua opinião sobre qualquer questão que lhe fôr proposta pela directoria sobre assumptos sociais, e a intervir nas deliberações, quando para esse fim for solicitado.

CAPITULO V

DAS ASSEMBLÉAS GERAES

- Art. 18. As assembléas geraes dos accionistas serão convocadas pela fórma e nas condições determinadas pela lei sobre sociedades anonymas, e as suas deliberações, regularmente tomadas, obrigam a todos os accionistas presentes ou ausentes, dissidentes ou interdictos.
- Paragrapho unico. As assembléas geraes ordinarias serão convocadas com uma antecedencia de 15 dias, e as extraordinarias com uma antecedencia pelo menos de cinco dias.
- Art. 19. Só poderão tomar parte nas assembléas os accionistas regularmente inscriptos no livro especial de registro de acções, até 15 dias antes do primeiro annuncio de convocação.
- Paragrapho unico. A convocação suspenderá «ipso facto» a transferencia de acções, até que a assembléa geral tenha ultimado seus trabalhos.
- Art. 20. As deliberações, salvo os casos previstos nestes estatutos, serão tomadas por maioria absoluta de votos presentes, e cada acção dará direito a um voto, podendo os accionistas ser representados por procuradores.
- Art. 21. A assembléa geral reunir-se-ha, ordinariamente, uma vez por anno, no mez de março, devendo a primeira assembléa geral ordinaria ter logar em março de 1921.
- Paragrapho unico. O anno social coincidirá com o anno civil. O primeiro anno social terminará no dia 31 de dezembro de 1920.
- Art. 22. A' assembléa geral ordinaria compete:
- a) discutir, approvar ou modificar os balanços, contas e relatorios apresentados pela directoria;
 - b) discutir, approvar ou rejeitar os pareceres do conselho fiscal sobre os mesmos documentos;
 - c) eleger e demittir os membros da directoria e do conselho fiscal;
 - d) praticar todos os demais actos que lhe sejam attribuidos pela lei sobre sociedades anonymas;
- Art. 23. As assembléas geraes extraordinarias terão logar, além dos casos previstos em lei:
- a) quando a directoria julgar conveniente;

b) quando a sua convocação fôr pedida pelo conselho fiscal;

c) quando fôr requerida pelo menos por sete accionistas representando, no minimo, um quinto do capital social.

Art. 24. As assembleas geraes serão presididas sempre pelo accionista que fôr aclamado ou eleito por maioria de votos.

CAPITULO VI

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 25. O mais tardar, na época fixada para approvação do penultimo balanço social, deverá ser pela respectiva assemblea geral deliberada a prorrogação do prazo contractual ou a liquidação da sociedade.

Art. 26. No caso de dissolução e liquidação da sociedade, findo o prazo contractual ou dentro d'elle, compete á assemblea geral deliberar sobre o modo de liquidação, nomeando um ou mais liquidantes e determinando-lhes os poderes e attribuições.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES ESPECIAES E TRANSITORIAS

Art. 27. Os directores-gerentes ficam obrigados a recolher os saldos disponiveis nas casas Favilla Lombardi & Comp. e Ernesto de Castro & Comp., em partes iguaes, ficando taes saldos á disposição da companhia e vencendo os juros em vigor nos bancos, para os depositos em conta corrente.

Art. 28. A primeira directoria, pela vontade dos accionistas que subscrevem estes estatutos, fica constituida pelos Srs. Cav. Luiz Favilla, Mario Dias de Castro, Matheo Bey Favilla Lombardi e Dr. Ernesto Dias de Castro, devendo o seu mandato terminar a 31 de março de 1921.

Art. 29. Fica prohibido aos directores-gerentes usar do nome da companhia em negocios estranhos aos fins sociais, e bem assim não poderão obrigar a mesma em fianças, mutuos, endossos, etc., que não digam respeito ás suas transacções, devendo ambos, em todos os actos que envolvam responsabilidade para a companhia, assignar conjuntamente os documentos respectivos.

Art. 30. Nos casos omissos ou não previstos nestes estatutos, a companhia se regerá pelas disposições da lei sobre sociedades anonymas eCodigo Commercial, no que lhe fôr applicavel.

S. Paulo, 22 de outubro de 1920. — Ernesto Dias de Castro. — Matheo Bey Favilla Lombardi. — Pasquale Sbrana. — Fernando Dell'Aringa. — Luiz Favilla. — Arnaldo Villares. — Mario Dias de Castro.

Listas dos accionistas da Companhia Fnaenho Central de Porto Real

Nomes, profissão e residencia na capital do Estado de S. Paulo	Acções	Importancia
1. Ernesto Dias de Castro, engenheiro civil, rua Boa Vista n. 26	4.500	450:000\$000
2. Matheo Bey Favilla Lombardi, negociante, avenida Paulista n. 147	4.000	400:000\$000
3. Luiz Favilla, negociante, Rotisserie Sportman, rua Libero Badaró n. 114	4.000	400:000\$000
4. Fernando Dell'Aringa, negociante, rua José Getulio n. 4	1.000	100:000\$000
5. Pasquale Sbrana, negociante, rua General Carneiro n. 61 ..	1.000	100:000\$000
6. Mario Dias de Castro, negociante, avenida Paulista n. 182 ..	4.500	450:000\$000
7. Arnaldo Dumont Villares, engenheiro civil, rua Pirapitiguy n. 36	1.000	10:000\$000
	<u>20.000</u>	<u>2.000:000\$000</u>